



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**XXXI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO PENAL,  
DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO ELEITORAL - 15.11.2009**

**DIREITO PENAL**

**01ª questão: Direito Penal (Valor - 60 pontos)**

TÍCIO, indivíduo do sexo masculino, perfeitamente sadio, com 25 anos de idade, é transexual assumido, manifestando desde a infância, para todos os que o conheciam, o desejo de eliminar os genitais masculinos e perder todas as características primárias e secundárias de seu sexo anatômico natural, para adquirir as do sexo oposto. Tal insatisfação com suas características sexuais sempre causou a TÍCIO grande sofrimento psíquico, apresentando constantes quadros de depressão e forte desejo de automutilação. Através da indicação de amigos, TÍCIO procurou o cirurgião MÉVIO para consultá-lo a respeito de cirurgia de mudança de sexo e o cirurgião propôs a TÍCIO a realização de procedimento cirúrgico denominado neocolpovulvoplastia, consistente na amputação do pênis, retirada dos testículos e posterior criação, através de técnicas de cirurgia plástica, de uma cavidade com aparência de órgão sexual feminino. Após assinatura de termo de concordância expressa do paciente, a cirurgia foi realizada em 23 de março de 2009, no Hospital XXX, com absoluto sucesso, sendo certo que TÍCIO ficou extremamente satisfeito com sua nova condição anatômica. Outrossim, cessaram inteiramente os problemas psíquicos decorrentes de sua insatisfação com o sexo masculino.

Tomando conhecimento do fato, determinada associação religiosa, através de seu advogado, ofereceu notícia de crime perante a Autoridade Policial, imputando ao cirurgião MÉVIO, a FÚLVIO, médico assistente, a SEMPRÔNIO, médico anestesista e a NEIDE e PERLA, respectivamente instrumentadora e enfermeira, a prática do crime capitulado no art. 129, parágrafo 2º, III, do Código Penal, ressaltando ser o corpo humano dádiva divina e a integridade corporal protegida pela Constituição da República. Instaurado inquérito policial, os fatos foram integralmente comprovados e o laudo de exame de corpo de delito a que TÍCIO foi submetido constatou a existência de lesão à integridade física e perda da função reprodutora pela retirada da bolsa escrotal, dos testículos e do pênis.

Relatado, o inquérito foi encaminhado ao Ministério Público para a "opinio delicti".

Na qualidade de Promotor de Justiça, analise os fatos sob o aspecto jurídico-penal e redija a peça que entender cabível.

OBS: A PEÇA NÃO DEVERÁ SER ASSINADA, SOB PENA DE ELIMINAÇÃO DO CONCURSO.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**XXXI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO PENAL,  
DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO ELEITORAL - 15.11.2009**

**02ª questão: Direito Penal (Valor - 40 pontos)**

Estabeleça as diferenças entre as circunstâncias judiciais, as qualificadoras, as agravantes e atenuantes e as causas de aumento e de diminuição, indicando em que momentos da aplicação da pena devem ser consideradas e os critérios para a respectiva dosagem.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**XXXI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO PENAL,  
DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO ELEITORAL - 15.11.2009**

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**1ª questão: Direito Processual Penal (Valor - 50 pontos)**

José foi procurado para ser citado em abril de 2007, por prática do delito do art.121 do CP e, sendo encontrado, foi citado para ser interrogado, mas por sua contumácia, ou seja, por sua própria vontade não compareceu ao ato de interrogatório e nem constituiu advogado, prosseguindo, assim, o processo, à sua revelia, sendo-lhe nomeado defensor público. Pronunciado, em outubro de 2009, não foi localizado ao ser procurado para intimação da pronúncia. O Magistrado em 05/10/2009 determinou publicação de edital, mas o réu não foi localizado no endereço que constava dos autos. O defensor público peticionou pedindo a suspensão do processo, nos termos do art. 366 do CPP. Autos com vista ao Ministério Público qual deveria ser a promoção?

RESPOSTA JUSTIFICADA.

**2ª questão: Direito Processual Penal (Valor – 50 pontos)**

Em sendo um delito falimentar, com pena menor de 02 anos, qual o rito cabível para o julgamento? Como deve ser o procedimento?

RESPOSTA JUSTIFICADA.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**XXXI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO PENAL,  
DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO ELEITORAL - 15.11.2009

**DIREITO ELEITORAL**

**1ª questão: Direito Eleitoral (Valor - 40 pontos)**

Quais as exceções à regra do efeito devolutivo dos recursos eleitorais?

RESPOSTA JUSTIFICADA.

**2ª questão: Direito Eleitoral (Valor - 60 pontos)**

Político postula registro de candidatura ao cargo eletivo de vereador. Em certidão trazida aos autos, consta a informação de que o requerente, quando exercia o cargo de diretor de hospital público dois anos antes, teve suas contas rejeitadas. Como deve proceder o Promotor Eleitoral na hipótese?

RESPOSTA JUSTIFICADA.